

Plano elevará impostos ainda em 93

■ Medidas prevêem cortes no orçamento, suspensão por 6 meses nas transferências da União e adoção de um indexador geral

CRISTIANO ROMERO E
ELI TEIXEIRA

BRASÍLIA — O plano de controle da inflação, a ser anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em outubro, deve conter aumentos de impostos neste ano e em 1994 — inclusive do Imposto de Renda sobre os altos salários —, cortes pesados no orçamento, suspensão por seis meses nas transferências constitucionais e espontâneas da União para estados e municípios (US\$ 13 bilhões) e a instituição de um indexador geral para a economia, possivelmente baseado no câmbio. Todas as medidas, junto com a venda de novas empresas estatais, somarão de US\$ 22 bilhões a US\$ 27 bilhões, dando equilíbrio fiscal ao governo. Com esse ajuste, será possível o governo derrubar a inflação.

Nem todas essas propostas já foram aprovadas integralmente pelo ministro. A equipe econômica quer aumentar o IPI sobre bebidas, cigarros e cosméticos e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e sugeriu ao ministro enviar ao Congresso proposta para criar uma alíquota de 35% no IR sobre os altos salários. O aumento do IPI e do IOF entraria em vigor imediatamente, mas o IR só no ano que vem. Uma parte dessas idéias já é do conhecimento do presidente Itamar Franco e elas podem ser adotadas com ou sem revisão constitucional, exceto a suspensão por seis meses das transferências constitucionais.

Constituição — O ministro quer propor ao Congresso alterações constitucionais, mesmo que a revisão seja adiada. As alterações, no entanto, têm efeitos a longo prazo e contribuirão para reduzir gastos só a partir de 1995, como é o caso das mudanças na Previdência Social e a cobrança de mensalidade nas universidades federais.

A idéia da equipe econômica é ganhar um prazo de seis meses para estabilizar a economia, derubando a inflação e mantendo a atual tendência de crescimento econômico. O ministro Fernando Henrique já sabe que terá oposição acirrada de governadores e prefeitos contra a suspensão temporária das transferências constitucionais: arrecadação de IR e IPI

que vai para os estados e municípios, mais fundos regionais.

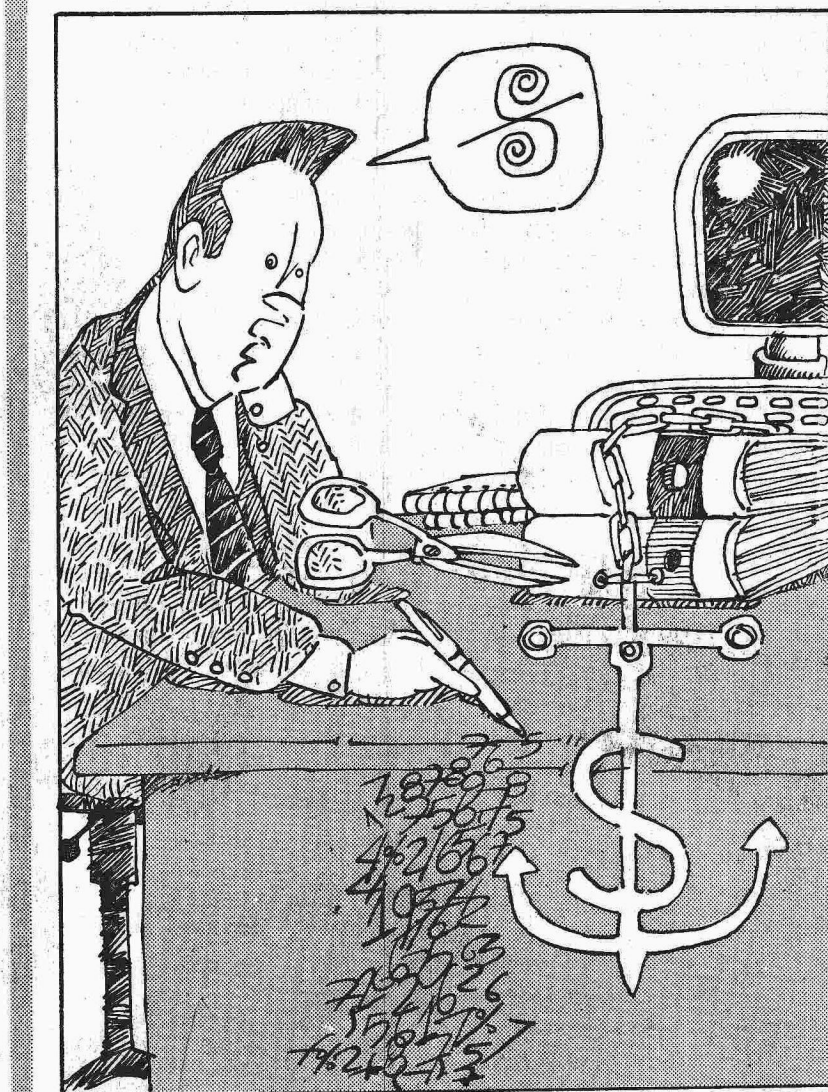
A pressão virá também do Congresso, em especial dos parlamentares do Norte-Nordeste beneficiados pelos fundos de investimentos. Por isso o ministro e sua equipe têm deixado claro que as medidas exigirão negociação e boa dose de compreensão dos políticos. Os repasses espontâneos da União para estados e municípios — cerca de US\$ 7 bilhões no orçamento de 1994 — abrangem gastos com saúde e educação.

Repasse — Há uma proposta da assessoria de Fernando Henrique de cortar quase metade dos repasses para o setor privado, no valor global de US\$ 8 bilhões. A maior parte é constituída de dinheiro para financiar o setor rural. A equipe econômica acredita que os bancos privados poderão conceder tais empréstimos.

Existem ainda estudos para onerar ainda mais o sistema financeiro, mas o ministro não concordou até agora com as propostas. Medidas que atinjam os bancos terão grande apelo político e popular, mas enfrentarão contestações judiciais. Integrantes da equipe econômica temem que o presidente Itamar Franco, no final de tudo, insista em um congelamento de preços por tempo limitado. Caso isso aconteça, a paulada na inflação, conforme expressão do próprio ministro da Fazenda, terá duas âncoras — a cambial e o congelamento.

□ “À primeira vista, o problema não é nosso”, respondeu o ministro Fernando Henrique Cardoso quando lhe perguntaram de que forma o governo brasileiro pretende resolver o caso criado pela família Dart, americana, um dos cinco maiores credores comerciais do Brasil. A família Dart, que enriqueceu com a patente do copo de poliestireno, não quer ajustar suas opções de títulos aos percentuais estipulados pelo Brasil. A Dart Containers, empresa de propriedade da família, detém cerca de US\$ 1 bilhão (valor de face) em títulos da dívida externa brasileira.

MEDIDAS EM ESTUDO



■ Criação de uma alíquota de 35% no Imposto de Renda para os altos salários no ano que vem. Facilidades temporárias de pagamento de impostos em atraso.

■ Aumento imediato nas alíquotas do IPI de cigarros, bebidas e cosméticos. Aumento no IOF.

■ Suspensão por seis meses nas transferências obrigatórias de arrecadação para estados e municípios — economia de US\$ 6 bilhões.

■ Suspensão de todos os repasses espontâneos para estados e municípios nas áreas de saúde e educação — ganho de US\$ 7 bilhões.

■ Pesados cortes no Orçamento do ano que vem, atingindo principalmente repasses a empréstimos para agricultura e indústria.

■ Obtenção de US\$ 22 bilhões a US\$ 27 bilhões com cortes, suspensão de transferências e aumento de impostos. O déficit operacional do setor público — sem pagamento de adicional para aposentados rurais — é calculado em cerca de US\$ 25 bilhões.

■ Depois do ajuste, adoção de uma âncora para segurar a inflação. É grande a chance se usar o câmbio nessa âncora. Alguns integrantes da equipe econômica defendem o uso de outros mecanismos para segurar a inflação.

■ Mudanças no programa de privatização para incluir novas empresas e aceitar novas moedas, como FGTS, empréstimo compulsório, Pis-Pasep e FCVS.

■ Propostas de mudanças na Constituição, havendo ou não revisão. Incluem mudanças tributárias, na Previdência Social, na estabilidade dos servidores públicos e instituem a cobrança de mensalidade nas universidades federais. Extinção de alguns ministérios gastadores, como Integração Regional e Bem-Estar Social.